

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E A QUESTÃO DA INCLUSÃO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Sylvia Brandão Ramalho de Brito¹

1. Introdução

As ações afirmativas e a criação de políticas de inserção social são questões que fazem parte de uma discussão acerca da ampliação dos espaços de cidadania, dentre eles o acesso à educação superior. Na esfera da educação, a suposta igualdade de oportunidades legitima desigualdades históricas no Brasil. Nesse contexto, a população rural é colocada ainda em uma situação de inclusão social adversa em termos de acesso à instrução formal, notadamente em relação ao nível superior de ensino. A aplicação de políticas públicas específicas para estes grupos pode alterar essa situação. Na tentativa de diminuição dessas lacunas educacionais foram criadas pelo Estado diversas iniciativas, a exemplo das chamadas ações afirmativas que têm como objetivo oferecer uma educação diferenciada agregando demandas dos afro-descendentes, dos indígenas, dos portadores de necessidades especiais, dos povos do campo. As políticas de ação afirmativa têm como objetivo resgatar ou minimizar distorções e injustiças sociais que condenam as minorias a condições de vida precárias e poucas oportunidades profissionais e educacionais.

A partir do caso específico do Curso de Licenciatura em História para Movimentos Sociais do Campo da Universidade Federal da Paraíba é possível refletir a questão da inclusão social e da democratização do ensino superior, no sentido da reversão de tendências históricas que conferiram às minorias uma posição de desvantagem, principalmente na área da educação. A primeira parte do texto introduz noções teóricas sobre o conceito de movimento social, entendendo-o como parte significativa da sociedade; em seguida esses conceitos são correlacionados ao cenário social e político brasileiro aliado à formação do capitalismo no campo e; por fim, há o detalhamento do Curso, inserindo-o numa reflexão mais apurada sobre os novos espaços pedagógicos que reforçam e aprofundam o sentido de democracia e de cidadania na educação. Este artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto

¹ Graduanda em História / UFPB

PROLICEN “Ensino de História e Cidadania: Educação Superior Pública, Ações Afirmativas e Inclusão Social” sob orientação da Prof^ª. Dra. Regina Behar.

2. A Efervescência do Campo

A formação do nosso capitalismo tem sua origem no modo de produção colonial europeu. A história do Brasil Colônia fomentou-se como uma verdadeira empreitada comercial, constituindo um capítulo da acumulação primitiva de capital européia, tendo em vista que nossa produção destinava-se ao mercado externo europeu. A nossa função como colônia de exploração era produzir gêneros agrícolas e metais preciosos para atender à demanda externa. O perfil sócio-cultural do povo brasileiro era estreitamente ligado às relações de poder da grande propriedade capitalista.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 1981: 31-32)

A consolidação das estruturas de poder colonialistas refere-se intimamente à acumulação de terra. Por esse modo, pode-se dizer que no Brasil desde os primórdios houve uma civilização de raízes rurais. O acúmulo de terra permitiu que nossas riquezas fossem encaradas como meios de produção e nossa economia subordinada à européia. O problema de terras no Brasil contemporâneo encarna na existência de grandes latifúndios, que dominam a agricultura desde o início da colonização. O Brasil é um dos poucos países que não realizou sua reforma agrária² e a violência contra o trabalhador rural é característica enraizada na estrutura agrária brasileira.

² Ainda colônia de Portugal, o Brasil não teve os movimentos sociais que no século 18 democratizaram o acesso à propriedade da terra e mudaram a face da Europa. No século 19, a ocupação brasileira continuou seguindo o velho modelo do latifúndio, sob o domínio da oligarquia rural. A revolução de 1930 reconheceu direitos legais aos trabalhadores urbanos e atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária. A partir de 1945, a questão agrária começou a ser discutida com ênfase e tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Nenhum dos projetos-de-lei de reforma agrária apresentados à época ao Congresso Nacional foram aprovados.

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). (GORENDER, 1987: 44-45)

No Brasil a exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento de outrem. A escravidão, predominante durante mais de três séculos no país, apresenta-se como o regime de exclusão social por excelência. E mesmo com o rompimento do modelo escravista, o precário acesso dos negros aos direitos civis, bem como a presença nas ocupações inferiores no mercado de trabalho, além da predominância de uma inatividade forçada e de nenhum projeto de inclusão para essa população, não se proporcionou formas minimamente dignas de acesso à cidadania para parte expressiva da sociedade brasileira.

A histórica concentração fundiária estabeleceu uma forte relação entre terra e poder. Essa mentalidade fundamenta a concentração de terra como sendo algo natural e confere aos proprietários poderes sobre-humanos. O modelo escravocrata utilizado por Portugal na colonização do Brasil foi também adotado na colonização do interior pelos proprietários de terra. Aos trabalhadores rurais sistematicamente foram negados direitos sociais e trabalhistas. Com a revolução industrial vieram a revolução agrícola e tecnológica para o meio rural e, também, a desigualdade social, fazendo com que o camponês passasse a competir com as inovações técnicas. A modernização e a introdução do liberalismo econômico desarticularam as sociedades camponesas desde o início. A educação que lá havia era apenas instrumental e servia para o treinamento de mão-de-obra. O individualismo sobrepondo-se ao coletivo; foi assim por toda a história do Brasil.

A pobreza, a exclusão social e a exploração incentivaram o surgimento de focos de resistência especificamente contra a elite agrária. Nas décadas de 30 e 40³ ocorreram os primeiros violentos conflitos de terra. A situação do campo ganha nova perspectiva a partir de 1950 quando homens e mulheres de comunidades rurais sentindo a ausência do poder público para implantação de um sistema educacional voltados à sua realidade começaram a se

³ Durante essa década houve forte disputa na região noroeste do estado do Espírito Santo com Minas Gerais, que reivindicava a posse da região. O governo estava do lado dos grileiros e os posseiros tiveram roças e casas queimadas. A luta prosseguiu até o golpe de 1964. Em 1948, no norte de Goiás, cerca de 3.000 trabalhadores estabeleceram posses numa área de terras devolutas. Mas grileiros da região expulsaram os camponeses, queimando a produção dos mesmos e suas casas. Os conflitos pululavam em diversas regiões do Brasil, destacando-se também revoltas no sudoeste do Paraná (1950), sudoeste do Maranhão (1955), em Duque de Caxias (1950), no Rio de Janeiro e em Campos, também no Rio de Janeiro.

organizar com a ajuda da Igreja Católica para criar escolas a fim de que os filhos pudessem ter acesso à educação. Entre 1950 e 1963, o movimento camponês ganhou força com o surgimento das Ligas Camponesas⁴, que se expandiram pelo território brasileiro.

Para Hobsbawn (1978) os movimentos camponeses, ditos "primitivos", estão na raiz das grandes reviravoltas do século XX. Os trabalhadores das zonas rurais exerceram papel decisivo em revoluções no México, na Rússia, na China, na Espanha e em Cuba. Percebe-se que a modernização forçada nas sociedades camponesas gerou um cataclismo social em seu modo de vida. Esses eventos provocaram a revolta camponesa contra a nova e injusta ordem. Deve-se deixar claro que além da luta pela democratização de direitos, de terras, de equidade de gêneros, é condição inerente aos movimentos sociais a busca pelo conhecimento. A conquista do saber é vista como um espaço de luta, conferindo aos seus integrantes a noção de sujeito transformador.

A maioria da população rural do Brasil ficou excluída legalmente do acesso aos direitos sociais e trabalhistas até a década de 1960. Com o Estatuto do Trabalhador Rural⁵ de 1963 a população do campo passou a ter acesso simbolicamente aos direitos sociais e trabalhistas. A partir de 1970 começa a surgir um forte processo de articulação, organização e mobilização popular em reação ao autoritarismo e repressão instalados com a ditadura militar no Brasil. Ainda durante o governo militar foi criada a Comissão Pastoral da Terra⁶, movimento capitaneado pela Igreja Católica, que dava assistência aos camponeses, e foi um importante instrumento de desmascaramento das políticas factóides. Contudo, esses movimentos sociais foram duramente reprimidos; nos últimos anos da ditadura houve diversos conflitos entre camponeses e governo. Os primeiros resistiam às propostas governamentais de reforma agrária e “colonização” – uma vez que não havia a vontade de se mudar a estrutura fundiária do país. Entre 1979 e 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização e houve uma reorganização dos movimentos sociais.

⁴ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais de ajuda mútua. Elas foram criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba. O núcleo de Sapé na Paraíba foi um dos mais expressivos e importantes, chegando a congregar mais de dez mil membros. O movimento tinha como objetivos básicos lutar pela reforma agrária e o direito a posse da terra. As Ligas Camponesas foram aniquiladas pelos militares em 1964. Nesse mesmo ano, o presidente Castelo Branco decretou a primeira lei de reforma agrária, denominada Estatuto da Terra, que na realidade jamais foi implantada, mas que acabou sendo usada como instrumento estratégico para o controle das lutas sociais.

⁵ Com a Lei 4214 de 02/03/63 houve legalmente a aplicação do texto da CLT de 1943 – salário mínimo, férias, aviso prévio, normas de segurança e higiene do trabalho – embora não efetivamente.

⁶ A Comissão Pastoral da Terra – CPT – é um organismo da igreja ligado a CNBB. Foi criada em Goiânia em junho de 1975, por um grupo de bispos, padres, religiosos e leigos, com o objetivo central de assessorar e dinamizar os trabalhos e lutas em função do povo do campo.

Passa a acontecer nesse momento uma nova forma de manifestação: as ocupações organizadas de terra. No início de 1984 aconteceu o primeiro encontro nacional de trabalhadores sem terra, com nome próprio de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O movimento tem sua origem nos conflitos agrários, representa uma continuidade nas lutas sociais das décadas anteriores e articula os trabalhadores rurais sem terra a resistir contra esse quadro histórico de injustiças. Em suas lutas pela reforma agrária e justiça social no país, o MST tem como mote também a educação. O princípio norteador do caráter educativo do movimento é educar para a transformação social.

A história da luta dos movimentos sociais é muito importante para pensarmos hoje essa esfera da educação. A partir dessas lutas houve a abertura de um diálogo com o poder público para implantação de um sistema educacional não excludente, com propostas curriculares para a educação do campo.

3. Saberes Pluralistas

A nossa constituição impera: “Educação direito de todos, dever do Estado”⁷, mas ao longo da história da educação brasileira houve um rigoroso manutenção de privilégios e não uma vontade efetiva do Estado que correspondesse aos ideais de cidadania. Nas duas últimas décadas houve uma infinidade de reformas que não favoreceram efetivamente o sistema educacional brasileiro. Os próprios controles de avaliação de ensino criados pelo MEC, como o PROVÃO⁸ e o ENEM⁹, são vistos como instrumentos definidores da capacidade profissional e intelectual do aluno. A educação atual apenas transparece a realidade ideológica e econômica neoliberal. O crescimento exorbitante das instituições particulares e a nova prática de exportação da nata intelectual do país para regiões com desenvolvimento econômico acelerado, vêm tornando-se práticas corriqueiras. O sistema educativo brasileiro, em sua maioria, encara a educação como sendo um bem, inserido em uma pedagogia padronizada e mecanizada. O próprio substrato da cidadania adquire um cunho mais privatista, onde os direitos individuais tendem a ser interpretados de forma a transformar o aluno em “cliente”. Desta forma, distribuem-se assim “as mesmas quantidades de educação

⁷ Constituição Federal de 1988, Art. 205.

⁸ O Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) foi um exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem.

⁹ O Enem é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

ou de currículo (hegemônico), independente de tal procedimento produzir ou não o mesmo efeito quando aplicado em alunos diferentes” (Estevão, 2004).

Dentro dessa perspectiva formou-se no Brasil um sistema universitário, com raras exceções, produtor de profissionais “robóticos”, desprovidos de emoções, que limitam-se a uma área de saber restrita, enclausurando a informação e esquivando-se da responsabilidade social. É crescente atualmente em nossa sociedade um sistema de valores direcionado ao consumismo, ao lucro e à procura pela promoção social, desvirtuando o homem do real significado de ser humano. Como propagou Ribeiro (1995) a maioria dos acadêmicos não foi fiel ao povo brasileiro, serviu mais a sua opressão que a sua libertação. Faz-se necessário resistir ao cunho economicista e não perpetuar essa dívida histórica na formação do povo brasileiro. É preciso que a universidade ajude a reconstruir os fundamentos da democracia nessa nova ordem, criando um lócus democrático, com referencial crítico, reafirmando o seu compromisso com a justiça social. Essa pedagogia “que resgate o outro” (McLaren, 2000) transforma, pois, a universidade num lugar intercultural e de responsabilidade solidária.

Os movimentos sociais de certa forma reeducam o pensamento educacional. A teoria pedagógica pode auxiliar na reconstrução de uma história da educação. Com essa consciência social, a universidade torna-se mola propulsora na realidade desse processo. A história da democratização do ensino brasileiro forma um elo com a história social dos setores populares.

Os movimentos de rebelião, sobretudo de jovens, no mundo atual (...) manifestam em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do que e de como estão sendo (...) buscando a afirmação dos homens como sujeitos de decisão. Todos estes movimentos refletem o sentido mais antropológico do que antropocêntrico de nossa época. (FREIRE, 2003: 27).

As movimentações populares aumentaram sua força nas últimas décadas, tão persistentes quanto à própria exclusão. A partir de 1990, graças à pressão desses movimentos, algumas iniciativas voltadas para a educação dos povos do campo surgiram. Dentre a construção das tais políticas públicas, ressaltamos a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA¹⁰. A inserção social veio à tona no espaço político, social e educativo, mobilizando inclusive as próprias camadas populares. Quase ao

¹⁰ O PRONERA foi criado em 1998, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas com a forte presença dos movimentos sociais do campo e das universidades públicas. O programa tem como objetivo geral fortalecer a educação, propondo e criando projetos educacionais voltados para a especificidade do campo.

mesmo tempo em que começaram a luta pela terra, esses movimentos rurais passaram a inserir o direito à escola e o acesso à educação. Essa luta não é dicotômica, ela se funde a uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a segurança. Permite ao sujeito reconhecer-se enquanto tal, dar um salto rumo à construção de um novo projeto desenvolvido na coletividade.

Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. (...) Os oprimidos de ontem, que detém os antigos opressores na sua ânsia de oprimir, estarão gerando, com seu ato, liberdade, na medida em que, com ele, evitam a volta do regime opressor. Um ato que proíbe a restauração deste regime não pode ser comparado com aquele através do qual alguns homens negam às maiorias o direito de ser. (FREIRE, 2003: 43-44)

A dialética das lutas sociais rompe com as estruturas de poder geradas pela composição fundiária capitalista brasileira que tradicionalmente impôs ao trabalhador uma situação de exclusão e dominação. Os movimentos populares têm um papel pedagógico definidor, relevante e reconhecido. Ajudam a romper com a privação/privatização do conhecimento visto que praticamente não houve empenho do poder público para implantar um sistema educacional adequado às necessidades do campo.

4. Universidade e Renovação Social

Realizar um curso superior em uma universidade pública no Brasil não é tarefa fácil, ainda mais para estudantes egressos da rede pública rural. A educação do campo no Brasil sempre esteve à margem nas políticas educacionais. Se o quadro geral da educação brasileira é preocupante, no campo é ainda mais grave. Escolas mal distribuídas, insuficiência ou ausência do transporte escolar, condições inadequadas de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo, falta de livros didáticos e materiais pedagógicos. Essa situação lastimável é consequência de um processo de exclusões sociais, econômicas e culturais. O campo sempre foi tratado pelo Estado com políticas compensatórias e projetos emergenciais, sem continuidade.

Os alunos quando concluem a escola pública enfrentam uma competição injusta já no vestibular. É literalmente uma peneira de depuração social. Apenas uma pequena parcela das vagas do ensino superior do país é preenchida por alunos oriundos do sistema público. Esse quadro de desigualdades se confunde com a própria história da educação no Brasil. Diante dessa situação, medidas que ajudem a diminuir o distanciamento entre populações historicamente marginalizadas e o acesso ao ensino superior têm sido implantadas pelo governo federal. Dentre essas medidas destacam-se as cotas de participação que são alvo de intenso debate. As políticas afirmativas – como as cotas para negros, índios e alunos de escolas públicas – e o ProUni¹¹ são meios de possibilitar a alguns dos excluídos historicamente o acesso à Educação Superior.

Os movimentos de afirmação identitária, como são os do campo, trazem para academia novas pautas de reivindicação, dão voz à diversidade cultural e desafiam estereótipos e pré-conceitos. A universidade pode e deve ser um instrumento eficaz de inovação e reforma social, mesmo ela sendo com mais frequência um agente estabilizador do status quo e do bacharelismo estéril. Por tradição, no Brasil a educação foi confinada em grande parte à classe dominante, vindo daí a dificuldade de se romper os grilhões dessa espécie de controle social. A cultura erudita brasileira sempre serviu às classes majoritárias, às vezes como um enfeite, noutras como adorno, mas sempre legitimando o poder dos opressores e a consagração de suas riquezas. Portanto, a universidade pode ser encarada como uma arena social e política que reflete poder e privilégios, com racionalidades diferentes e plurais.

Aos olhos de uma sociedade com mentalidade ainda escravista como a nossa, certos segmentos sociais, como os representados pelos movimentos sociais do campo, não são compostos de cidadãos comum, mas sub-cidadãos. A universidade tanto pode ignorar como incorporar essas formas concretas de socialização e formação. As grandes transformações se confundem com a história dos coletivos. Espera-se da universidade o olhar atento ao tempo presente e o comprometimento com as políticas sociais. A universidade deve abrir seus “portões” para os diversos movimentos sociais, firmando uma parceria efetiva, na tentativa de sair do seu enclausuramento corporativista. Deve ser levado em conta a importância de uma visão global de responsabilidade social, de forma a colaborar com as transformações sociais, considerando as multiplicidades e culturalidades da vida coletiva e criando políticas de

¹¹ Programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

inserção, em virtude das intensas transformações de ordem estrutural que permeiam os diferentes pressupostos de nossa sociedade.

5. Uma Experiência na UFPB

Em 27 de maio de 2004 foi criado através da resolução 16/2004, inserido no Programa Estudante Convênio, o curso de Licenciatura em História, destinado apenas aos integrantes, reconhecidamente assentados, pertencentes aos movimentos sociais do campo de todo território nacional. Esse convênio foi firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹², a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e os movimentos sociais do campo. O curso reforça o papel da universidade enquanto instituição de vanguarda, formadora de cidadãos conscientes e sujeitos de sua construção social.

A respeito da primeira turma, o processo seletivo, sob a forma de vestibular eliminatório, ocorreu em setembro de 2004. A continuidade dessa experiência foi garantida com a aprovação da segunda turma em vestibular realizado em abril de 2008. Essa nova modalidade de curso de graduação é organizada em semestres, integralizando quatro anos, possuindo carga horária duplicada e uma estrutura modular que corresponde 80% a aulas presenciais (tempo-universidade) e 20% a atividades de campo (tempo-comunidade). Para as aulas presenciais o Governo Federal vem oferecendo subsídios como transporte, alojamento e alimentação; a garantia da existência dos recursos burocrático-administrativos fica a cargo do INCRA. Esses recursos totalizam uma verba anual de 3.000 reais por aluno, cujo controle é realizado pela Fundação José Américo.¹³ A disponibilização da estrutura física e docente cabe à UFPB. O curso de História para Movimentos Sociais do Campo surge como um dos pioneiros na área, oferecendo vagas para alunos de todo o Brasil, na tentativa de sanar dívidas históricas com uma parte excluída da população. O curso visa tornar palpável o desenvolvimento do senso crítico nas relações políticas e sociais, possibilitando, por conseguinte, a democratização no processo de aprendizagem, certamente lançando sementes de novos projetos no gênero.

A efetiva democratização da universidade pela inclusão social renova os quadros sociais brasileiros. A diversidade é salutar e enriquecedora porque provoca indagações e ao

¹² O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

¹³ A Fundação José Américo foi criada há quarenta anos e tem por finalidade o apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão da Universidade Federal da Paraíba.

mesmo tempo soluções. Os "alunos do campo" podem contribuir nas discussões em sala de aula trazendo, para a vida acadêmica, novos olhares e novas formas de pensar. Segundo Bloch (1976), o historiador é filho do seu tempo, portanto, ele não é um mero espectador, neutro e isolado, da história do seu povo. A História que se escreve está diretamente ligada à História que se vive. O modo como o historiador vivencia o presente, influencia na reconstrução que ele faz do passado. Para além da licenciatura “normal” em História, cursos como este, destinado aos integrantes dos movimentos sociais do campo, devem ser capazes de ir além dos conteúdos tradicionais e das teorias mecanicistas. Devem imbuir em seus estudantes uma resistência ativa na luta pela transformação da deficiente estrutura universitária, adequando-a realmente às necessidades da população.

O curso em questão surge na tentativa de formar jovens conscientes do seu papel transformador e autônomo. A finalidade primordial é representar os grupos sociais marginalizados e silenciados pela história. Consolidando a relação homem/realidade, os alunos tornam-se seres socialmente pensantes, capazes de criar, renovar e decidir, ampliando e diversificando o seu espaço para além dos assentamentos. O historiador, especificamente, deve primar à imparcialidade e, dialeticamente, possuir a capacidade de ser objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, não estimulando utopias, mas não roubando o direito de sonhar. Garantindo o seu próprio reconhecimento como parte da história e sendo transformador dela mesma.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. (FREIRE, 2000: 46)

O curso em questão surge na tentativa de formar jovens conscientes do seu papel transformador e autônomo. A finalidade primordial é representar os grupos sociais marginalizados e silenciados pela história. Consolidando a relação homem/realidade, os alunos tornam-se seres socialmente pensantes, capazes de criar, renovar e decidir, ampliando e diversificando o seu espaço para além dos assentamentos. O historiador, especificamente, deve primar à imparcialidade e, dialeticamente, possuir a capacidade de ser objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, não estimulando utopias, mas não roubando o direito de sonhar.

Garantindo o seu próprio reconhecimento como parte da história e sendo transformador dela mesma.

Não foi fácil a criação e a continuidade do curso dentro da UFPB. Essa, certamente, foi a iniciativa mais ousada da instituição. As discussões acerca da implantação de cotas sociais, por exemplo, está parada no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. A dificuldade de discussão e da compreensão das políticas de ações afirmativas está na nossa prática hegemônica de não prestar atenção ao outro. A respeito do curso de História, a universidade sofreu pressões e oposições do corpo estrutural-burocrático que acreditava e defendia que a criação desse tipo de curso e de vestibulares especiais para o mesmo seria uma forma disfarçada da criação de cotas e, que a vinda desses alunos “despreparados” diminuiria o nível dos cursos oferecidos pela instituição. As políticas de ações afirmativas não hão de minimizar o esforço de ninguém; apenas viabiliza que uma parcela excluída seja reintegrada ao campo das oportunidades quase que iguais. Com o sucesso do projeto houve interesses na expansão desse tipo de convênio. Para além do curso de História, há a criação dos cursos de Pedagogia e Medicina Veterinária, apresentando-se a Paraíba como um dos Estados que mais oferecem oportunidades de acesso ao nível superior para os jovens do campo.

A chegada desses estudantes demarcou na UFPB uma nova configuração do universo acadêmico. As dificuldades não cessaram no espaço administrativo do processo, deu-se mais ferozmente fora dos departamentos, quando estudantes de cursos tidos como elitistas tentaram bloquear o acesso dos graduandos de História a lugares como o restaurante universitário e a biblioteca central. Houve de certa forma a criação de "feudalidades", de discriminação dos protagonistas do processo, o que se torna extramente perigoso para o ideal da democratização do ensino. Para os alunos do curso, ocupar esse espaço na universidade é uma conquista, um fortalecimento da cidadania.

Acerca dos sessenta alunos da primeira turma do referido curso, mais de 1/3 pertencem à região Nordeste, a maior parte entrou na universidade bem depois do usual (alguns estavam há uma década sem estudar), reconhecem a fragilidade de sua formação, mas encaram o desafio com determinação. A história da experiência do curso confirma a peculiaridade dessa construção. A convivência de saberes e conhecimentos diferentes propiciam o alargamento democrático. Os alunos e suas diferentes visões de mundo refletem e ajudam a construir a proposta pedagógica do curso. É notório nos alunos do curso em específico o engajamento e a consciência da oportunidade oferecida pelo PRONERA,

consciência essa que os faz enxergar que o curso não é uma concessão da UFPB, mas uma conquista de todos os movimentos sociais.

Inserido nessa discussão, o Projeto PROLICEN “Ensino de História e Cidadania: Educação Superior Pública, Ações Afirmativas e Inclusão Social”, o qual fazemos parte, tem como ponto de partida a análise sobre a chegada e a difusão das ações afirmativas no contexto brasileiro e como elas se refletem no ensino superior, em especial no caso da UFPB. Pretendemos levar a discussão sobre políticas públicas e inclusão educacional (tendo como mote o Curso de História para Movimentos Sociais do Campo) para fora da universidade, em específico para a escola pública de educação básica, lugar de origem dos mais interessados por este debate.

6. Considerações Finais

A expansão do ensino superior público deve atentar para a democratização das formas de acesso à academia. A educação pautada na formação da consciência, do respeito e da responsabilidade, é um traço definidor da quebra dos entraves sociais. Pressupomos, portanto, que os estudantes do curso de História para Movimentos Sociais do Campo estão construindo e modificando os seus caminhos, garantindo subsídios para uma luta permanente. Os alunos configuram-se como protagonistas desse processo social, oferecendo aos anseios do campo, expectativas e, principalmente, solidariedade. Acreditamos que essa nova forma de graduação da UFPB se constitui um importante passo na construção de políticas públicas de educação para os jovens do campo. O reconhecimento por parte dos mesmos de que são diferentes, e que por isso, especiais, impulsiona a sede por conhecimentos. Este caminho é desafiador e tortuoso, pincelado de tensões, mas personifica um novo ciclo na educação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHAR, Regina Maria Rodrigues. Democratização do Ensino Superior: A Graduação em História para Movimentos Sociais do Campo na UFPB. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/REGINA%20MARIA%20RODRIGUES%20BEHAR.pdf> acesso em 27/06/2008.

BLOCH, M. Introdução à História. Lisboa: Europa-América/Mem-Martins, 1976.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Educação do campo: identidades e políticas públicas. 2ª ed. Brasília: Por uma educação do campo, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

ESTÊVÃO, Carlos V. *Educação, Justiça e Democracia*. Um estudo sobre as geografias da justiça em educação. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Educação como Prática da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do capitalismo no campo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HOBBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MCLAREM, Peter. Multiculturalismo Revolucionário. Pedagogia do Dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PALMEIRA, Moacir; e LEITE, Sérgio. *Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: Reflexões Sobre a Questão Agrária*: CPDA/ICHS/UFRRJ, 1997.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Temas Transversais. Brasília: MEC, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo, Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. O Brasil como problema. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI – Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez 2004.

STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. O que é universidade. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SÍTIOS: <http://portal.mec.gov.br/> e <http://www.mst.org.br/mst/home.php> em 26/07/2008.